

Que resposta daremos à proposta de 6,14%?

Na quarta-feira, 16/5, ocorreu a primeira reunião entre Fórum das Seis e Cruesp relativa à campanha de data-base deste ano. O reitor da USP, atual presidente do Cruesp, anunciou a proposta de reajuste salarial: 6,14% (4,14% de inflação, segundo o índice Fipe, mais 2%).

Os representantes das entidades que compõem o Fórum das Seis argumentaram que tal proposta é insuficiente, significando apenas pouco mais da metade do índice reivindicado (11%), e ressaltaram que o item salarial da Pauta Unificada de 2012 contém vários tópicos que ainda não foram devidamente considerados pelos reitores (veja a íntegra da pauta em <http://migre.me/8IwEC>).

Criminalização. O Fórum destacou a urgência da discussão sobre o primeiro item da Pauta Unificada 2012, “Liberdade de organização e de manifestação dos movimentos” sindical e estudantil. Para surpresa dos presentes, o reitor da Unicamp, Fernando Ferreira Costa, afirmou não haver nenhuma punição na universidade que ele representa. Ocorreram, segundo o professor Fernando, “atos de vandalismo, que exigem respostas”.

Instados a apresentarem suas reivindicações relativas a esse aspecto importante, os representantes do Fórum destacaram a existência de dezenas de processos administrativos e criminais em curso nas três universidades, todos em decorrência da participação de lutas em defesa da educação superior pública. Reafirmaram a necessidade de revogação das punições e do fim da criminalização dos movimentos sindical e estudantil nas universidades estaduais paulistas.

LDO e SPPrev. Os representantes do Fórum questionaram os reitores sobre sua atuação na Assembleia Legislativa (Alesp), tendo em vista que o prazo para apresentação de emendas ao projeto do Executivo de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 (PL nº 290/2012), que estabelece os percentuais do orçamento estadual que cada setor terá no ano

ASSEMBLEIA GERAL DA ADUSP

4ª feira, 23/5, às 17 horas, na sede da Adusp
(entrada lateral do prédio da Antiga Reitoria)

PAUTA:

- **CAMPANHA SALARIAL:**
relato da primeira reunião com o Cruesp
encaminhamentos
- **LDO 2013:**
emendas do Fórum das Seis
- **CONAD**
delegação da ADUSP

seguinte, encerra-se em 25/5, sexta-feira.

O Fórum comunicou aos reitores que apresentará emendas (e já o fez) que contemplem as reivindicações históricas do movimento: 33% da arrecadação total de impostos para o conjunto da educação pública paulista, aí incluídos 11,6% da quota-parte do Estado do ICMS para as universidades e 2,1% deste mesmo quesito para o Centro Paula Souza, conforme consta do item “Financiamento” da Pauta Unificada de 2012.

Os reitores manifestaram sua intenção de atuar junto à Alesp com o intuito de garantir mais recursos para as universidades públicas paulistas na LDO-2013, sem contudo explicitar quais seriam suas proposições.

Quanto ao item “SPPrev/Aposentadoria” da Pauta Unificada de 2012, os reitores propuseram a criação de grupo de trabalho conjunto entre Fórum e Cruesp para discutir as implicações das novas regras da aposentadoria (São Paulo Previdência/SPPrev e previdência complementar).

Centro Paula Souza. O Fórum argumentou que o governo do estado não tem respeitado as decisões do Cruesp no que se refere ao Centro Paula Souza. Por conta da existência de vínculo e associação deste Centro à Unesp, os servidores – funcionários téc-

nico-administrativos e professores – das escolas técnicas (ETE) e faculdades de tecnologia (Fatec), deveriam receber os mesmos reajustes salariais, o que não vem ocorrendo há muitos anos.

O presidente do Cruesp alegou ser necessário “definir a condição jurídica do Centro Paula Souza”, enquanto que o reitor interino da Unesp não defendeu a manutenção desse vínculo.

Próxima reunião entre Fórum e Cruesp. Visando a continuidade da discussão da Pauta Unificada de Reivindicações 2012, nova reunião ficou agendada para 25/5, sexta-feira, às 15 horas, na sede do Cruesp.

Novos encaminhamentos. As entidades devem realizar assembleias até o dia 24/5, quinta-feira, para avaliar os resultados da reunião de 16/5 entre Fórum e Cruesp e discutir os encaminhamentos da campanha de data-base.

Cabe assinalar que, no período de janeiro a abril de 2012, o comprometimento orçamentário do repasse de ICMS com as folhas de pagamento é o seguinte: 88,59% (Unesp), 87,00% (Unicamp) e 91,66% (USP). No caso da USP, este valor decorre não só do pagamento da segunda parcela do prêmio de excelência acadêmica de 2011, mas principalmente de um aumento nominal de cerca de 25% nas folhas de pagamento entre o primeiro trimestre de 2011 e o primeiro trimestre de 2012.

Expectativa. O Fórum das Seis volta a se reunir às 10 horas do dia 25/5 com a finalidade de avaliar os indicativos oriundos das diversas assembleias e preparar sua intervenção na reunião com os reitores, agendada para a tarde do mesmo dia, com a expectativa de que haja uma negociação efetiva das reivindicações apresentadas pelas entidades.

Colega, é muito importante sua participação nas reuniões setoriais e na Assembleia da Adusp de 23/5, às 17h, na sede da Entidade!

Andes-SN promove seminário sobre políticas afirmativas na USP

A instituição de cotas nas universidades públicas brasileiras, o atual estágio da política de ações afirmativas no país e a garantia de acesso e permanência nas instituições de ensino dos estudantes cotistas serão alguns dos temas a serem debatidos no seminário nacional que o Andes-SN vai promover nos dias 30 e 31/5, na USP. O seminário “Ações afirmativas e a transversalidade do gênero, etnia e classe” pretende reunir interessados nessas questões, vindos de todo o Brasil.

A conferência de abertura está a cargo do professor Kabengele Munanga (FFLCH), vice-diretor do Centro de Estudos Africanos e do Museu de Arte Contemporânea. Munanga falará sobre “Racismo, colonialismo e políticas afirmativas”. A programação completa está disponível em <http://goo.gl/eJecw>.

Adicional de insalubridade e aposentadoria especial: legislação garante; Reitoria nega!

O Direito. O artigo 1º da Lei Complementar (LC) Estadual nº 432/85 determina: *Aos funcionários públicos e servidores civis da Administração Centralizada e das Autarquias do Estado, será concedido um adicional de insalubridade pelo exercício, em caráter permanente, em unidades ou atividades consideradas insalubres.* Esse direito foi mantido pela Constituição Federal (CF) de 1988: Art. 7º, XXIII: *São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social [...] adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.* A Constituição do Estado de São Paulo de 1989 e sucessivas emendas a partir de então, por sua vez, mantiveram o direito aos servidores do Estado: Artigo 124: *Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público terão regime jurídico único e planos de carreira. [...] §3º - Aplica-se aos servidores a que se refere o "caput" deste artigo e disposto no art. 7º, [...] XXIII [...] da Constituição Federal*

Note-se que o artigo 7º da CF exige regulamentação “na forma da lei”. Em 2009, diante da ausência de norma regulamentadora do direito aos servidores públicos, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em favor da validade do direito aos servidores na forma prevista em lei para os demais trabalhadores, ao julgar o Mandado de Injunção (MI)

880, do qual a Adusp foi signatária, enquanto seção sindical do Andes-SN. Ainda em 2009, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) decidiu no mesmo sentido, reconhecendo para todos os servidores estaduais o direito à conversão e averbação do tempo prestado em atividade insalubre.

Reitoria nega. Apesar disso, a Reitoria da USP insiste em não reconhecer esses direitos. Em resposta a ofício da Adusp, a Procuradoria Geral (PG) da USP tenta justificar sua posição, considerando que o adicional de insalubridade estaria compreendido no regime remuneratório do RDIDP, estabelecido pelo Decreto Estadual 40.687/62, que criou o referido regime de trabalho. Isto porque no artigo 11, o aludido decreto estabelece que os docentes da USP não poderão perceber, a qualquer título, seja qual for o motivo ou a forma de pagamento, nenhuma outra vantagem pecuniária dos órgãos de serviço público estadual, das entidades autárquicas ou paraestatais, ou de outras organizações públicas, em razão do seu cargo ou função.

Mesmo desconsiderando os vícios de ilegalidade e inconstitucionalidade do referido decreto – uma vez que nenhum dispositivo pode induzir trabalhadores a abrir mão de direitos – no limite, a Reitoria poderia dele se valer apenas para

negar o adicional de insalubridade aos servidores que, em 1962, puderam optar entre o novo e o antigo sistema, por meio de um termo de adesão, o que não ocorreu com os servidores que ingressaram após a publicação do decreto.

Em especial, após a promulgação da LC 432/1985, que concede o adicional de insalubridade aos servidores públicos civis da Administração Direta, Indireta e suas autarquias, entre elas a Universidade de São Paulo, passou a carecer de qualquer razoabilidade continuar negando aos docentes em RDIDP o direito ao adicional por insalubridade e, por decorrência, à aposentadoria especial que tem nesse direito sua fundamentação.

Tribunais. Vale a pena conferir como o TJ-SP e o STF têm se pronunciado contra a USP, em casos concretos onde se reivindicam tais direitos. Nestas decisões, tanto a tese de que o RDIDP inviabilizaria o direito à insalubridade, como a recorrente e sempre enviesada argumentação oficial de que o instituto da autonomia universitária permitiria à universidade não cumprir dispositivos legais gerais, têm sido dura e sistematicamente negadas (veja por exemplo, trechos do Acórdão do STF nos autos do Recurso Extraordinário 331.285-5/SP e do Acórdão do TJ-SP na Apelação Cível 35.840-5, no site da Adusp).

Como proceder? Desde a aprovação do MI-880, em 2009, até o final do ano passado, temos insistido que a USP reconheça o direito ao adicional por insalubridade para os docentes que a ele façam jus. Fazê-lo, seria a atitude esperada no melhor interesse público, evitando-se precisar recorrer à via judicial para fazer valer um direito consagrado. Até o momento, não tivemos a menor abertura para este diálogo. Mais uma vez, parece que não teremos outra saída que não lançar mão da via judicial.

Ações judiciais desse tipo, dada as particularidades de cada situação, devem ser ajuizadas individualmente ou em grupos de interessados, segundo recomendação da assessoria jurídica da Adusp.

Salientamos que, em agosto de 2010, a Adusp tomou a iniciativa de ingressar na justiça solicitando um “protesto interruptivo de prescrição”, a fim de resguardar o direito aos docentes de pleitearem os valores retroativos referentes aos últimos cinco anos, a contar da data da medida judicial.

Os colegas associados à entidade que tiverem interesse em ingressar com esse tipo de ação poderão procurar orientação jurídica na Adusp. Se preferirem, podem solicitar à secretaria da entidade cópia do protesto interruptivo, para dele se valer do modo que lhe parecer conveniente.

Docentes iniciam greve nas universidades federais

No dia 12/5, o Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) definiu a deflagração de greve da categoria em âmbito nacional. No início da semana passada diversas assembleias referendaram essa deliberação. Haviam aderido à greve, até o fechamento desta edição, 33 IFES. O primeiro dia da greve, 17/5, foi marcado por mobilizações em todas as regiões do país e foi instalado o Comando Nacional de Greve na sede do Andes-SN em Brasília.

A decisão do setor das federais do Andes-SN foi motivada pela quebra de acordo celebrado em

2011 por parte do governo federal: não foram cumpridos nem o aumento salarial, nem a reestruturação da carreira docente nas instituições federais. O Andes-SN cobrou por diversas vezes mudanças na postura do governo quanto ao cumprimento do calendário de negociações, já que a conclusão dos trabalhos do grupo encarregado da reestruturação da carreira estava prevista para 31/3.

Os docentes das universidades federais pleiteiam carreira única, com incorporação das gratificações em 13 níveis remuneratórios; variação de 5% entre níveis a partir do piso para regime de 20 horas, correspondente ao mínimo

do Dieese (atualmente calculado em R\$ 2.329,35); e percentuais de acréscimo relativos à titulação e ao regime de trabalho. Os docentes também demandam melhoria nas condições de trabalho nas universidades federais, além do atendimento das reivindicações específicas de cada IFES.

No dia 14/5 o governo federal encaminhou ao congresso um projeto de reajuste salarial para todo o funcionalismo público, inclusive para os docentes das universidades federais. O Andes-SN encarou a medida como uma tentativa de desmobilizar o movimento, uma vez que a indicação de greve já havia sido feita meses atrás.

Sérgio Gomes de Souza (1954-2012)

Vítima de infarto, faleceu, aos 58 anos, Sérgio Gomes de Souza, médico do Hospital Universitário (HU) e filiado à Adusp. Era delegado do Conselho Regional de Medicina (Cremesp) na Zona Oeste da capital. Foi sepultado em 2/5.

“Formado pela USP em 1978, nos últimos anos Sérgio foi Ouvidor do HU da USP e demonstrava grande interesse pela propagação da Ética e Bioética na profissão: desde 2002 era membro do Grupo de Apoio às Comissões de Ética Médica, do Centro de Bioética do Cremesp, do qual fazia parte desde a sua criação”, informa nota de pesar do Cremesp.

Seu envolvimento com o tema levou-o a elaborar a maior parte das obras lançadas pelo Centro de Bioética.

Ato estudantil leva Reitoria a adiar oitivas

Quinta-feira, 16/5, foi um dia de protestos contra a decisão da Reitoria de processar, com pena prevista de expulsão, mais de 80 estudantes que participaram de ocupações em 2010 e 2011. Um ato iniciado diante da Reitoria, com a palavra franqueada a muitos representantes de entidades estudantis, foi seguido por uma passeata cujo ponto alto foi a manifestação em frente ao prédio da Rua Alvarenga 1416, que sedia a Procuradoria Disciplinar da universidade e se encontrava trancado.

Ao saber que haviam programado protestos para 16/5, data em que os estudantes começariam a depor perante as comissões processantes, a Reitoria decidiu de última hora adiar as oitivas, que seriam realizadas na Procuradoria Disciplinar. “Fiquei sabendo só hoje que os depoimentos seriam cancelados. A Procuradoria enviou e-mail ontem [15/5] à noite. Um professor, membro de comissão processante, não sabia e deu com a cara na porta”, relatou, durante o ato público, um dos estudantes processados.

A atividade de repúdio à criminalização do movimento estudantil foi organizada pelo DCE-Livre da USP e centros acadêmicos, com apoio das entidades do Fórum das Seis, e contou com a participação de centenas de estudantes. À tarde, houve nova manifestação em frente à Reitoria.

Apoios. A Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física, os centros acadêmicos dos cursos de Letras, Filosofia e Comunicação Social (Caell, CAF e Calc), alunos da Fatec, da Unifesp Guarulhos e outros deram seu apoio aos estudantes da USP. Uma manifestação de solidariedade muito aplaudida, lida por um intercambista canadense da FEA, veio de Quebec, onde 165 mil estudantes se encontram em greve. A declaração pede a saída da Polícia Militar do *campus* do Butantã.

Diante da Reitoria, os estudantes expressaram seu profundo desacordo com as medidas repressivas que a administração vem tomando, cuja finalidade última, apontaram, é a privatização da USP. Por isso o reitor teria sido “escolhido a dedo”, segundo um representante do DCE. “Por uma educação que nos ensine a pensar e não uma educação que nos ensine a obedecer”, a frase pintada em uma das faixas, foi enfatizada pelos oradores. O Regimento de 1972 é um “manual de comportamento”, acrescentou a representante do CAF.



Passeata em direção à Procuradoria Disciplinar, na rua Alvarenga

“Hoje é só uma primeira etapa da luta que estamos travando”, disse uma aluna da Filosofia, lembrando da série de medidas da gestão Rodas com o objetivo de realizar “seu projeto de universidade privada”, citou que vários membros da diretoria do Sintusp estão ameaçados de demissão, e que os dirigentes da Adusp estão sendo interpelados judicialmente. Ela destacou a necessidade de “unidade do movimento e defesa concreta e objetiva dos companheiros que estão sendo processados”.

Rodas na Alesp? À tarde, o protesto, organizado também pelo DCE da Unicamp, tomou a forma de um debate. As comissões de Educação e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa acabam

de aprovar convites ao reitor João Grandino Rodas. O deputado Carlos Giannazi disse que o reitor terá de explicar os processos que move contra estudantes e funcionários, e lembrou o projeto de lei que institui eleições diretas para reitor nas universidades estaduais: “Queremos uma democracia mais direta, mais participativa, porque o modelo que temos é autoritário, antidemocrático, exclui a ampla maioria do processo”.

Giulia Tadini, diretora do DCE-Livre, mencionou reportagem da revista *Carta Capital* para enfatizar a falta de democracia da gestão Rodas, pois, segundo a publicação, em dois anos o número de estudantes expulsos na USP “vai se equiparar a um terço de todos os estudantes eliminados em todo o

período da Ditadura Militar”.

Bruno Modesto, diretor do DCE da Unicamp, destacou a importância do ato para unificar a luta nas universidades, já que as reitorias se articulam nos bastidores. Diego Machado, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp, denunciou que nove funcionários estão sendo processados na instituição: “A gente tem sofrido, assim como aqui na USP, na Unesp, um cenário de diversos ataques. Estamos enfrentando processos administrativos, cíveis e criminais decorrentes da greve de 2010”.

Escalada. Aníbal Cavali, diretor do Sintusp, reconhecendo o cenário atual de criminalização do movimento, enfatizou o entendimento de uma estudante que relativizou a vitória parcial conquistada pela manhã, quando os primeiros depoimentos foram adiados: “Eles podem ficar adiando essas convocações das oitivas para o período de recesso, e como vamos nos mobilizar para fazer qualquer movimento?”

Os docentes foram representados por Valério Arantes, da Faculdade de Educação da Unicamp, e Heloísa Borsari, presidente da Adusp. A professora leu o documento em que o Fórum das Seis manifesta sua solidariedade ao ato estudantil: “As entidades que compõem o Fórum das Seis veem com extrema preocupação a escalada de criminalização dos movimentos sindical e estudantil no interior das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza”, assinala o texto. Ela reafirmou o compromisso do Fórum das Seis na defesa da universidade pública e da necessidade de união entre estudantes, funcionários e docentes para reagir aos ataques sofridos pelos três setores.

Interpelação judicial

Conforme relatamos no *Informativo Adusp 344*, no último dia 3/5 o professor Wanderley Messias da Costa, superintendente de relações institucionais da USP, comunicou à Adusp, que a Reitoria não aceitara a proposta de declaração conjunta encaminhada pela diretoria da entidade. Na ocasião, o professor Wanderley reafirmou a intenção de chegar a um texto aceitável para as partes. Em 11/5, encaminhou à diretoria nova proposta. Nesta versão, no parágrafo referente à declaração da Adusp, acrescentava-se que a entidade não havia imputado ato ilícito em relação ao Reitor da USP e suprimia-se o parágrafo do texto original em que a Reitoria reconheceria a inadequação de sua iniciativa de interpelar judicialmente a diretoria da Adusp. Acrescentava-se ainda uma manifestação da entidade e da Reitoria no sentido de priorizar o diálogo como forma de alcançar objetivos comuns e superar eventuais divergências. Ao avaliar a proposta, a diretoria da Adusp considerou que, para ser fiel ao que havia sido sugerido pelo próprio reitor, em reunião com a entidade realizada em 2/4, tal declaração conjunta não poderia prescindir do reconhecimento de que a interpelação judicial não cabia como mecanismo para esclarecimento dos fatos. Em 17/5, comunicamos ao professor Wanderley a posição da diretoria e ele comprometeu-se a conversar com o reitor no sentido de apresentar rapidamente uma nova proposta de declaração conjunta.

Para não dizer que não falamos de gatilho

Sobre os 32,96%. Temos recebido vários telefonemas e mensagens de associados à Adusp solicitando informações a respeito da incorporação dos 32,96% aos vencimentos dos beneficiários da ação.

Apenas para lembrar, a sentença judicial proferida em 2001 impõe que a USP:

(a) incorpore aos vencimentos daqueles que o poder judiciário definiu como fazendo parte do rol de beneficiários, um reajuste de 32,96%;

(b) pague aos mesmos beneficiários as diferenças de vencimentos decorrentes do item anterior desde 1988;

(c) pague aos mesmos beneficiários, com as devidas atualizações, os montantes correspondentes aos gatilhos não pagos no segundo semestre de 1987 e aos pagos com atraso no primeiro semestre de 1987.

Essa decisão judicial de 2001 foi objeto de recursos interpostos pela Universidade de São Paulo. Em 2005, com o trânsito em julgado de todos estes recursos, deu-se início à tentativa de execução da sentença. Ela é definitiva, não ca-

bendo mais nenhum recurso por parte da USP.

A Adusp vem trabalhando constantemente, ao longo dos últimos anos, tomando ações políticas e jurídicas para que a sentença seja cumprida. Nesse percurso, em 6/10/10, fomos surpreendidos pelo seguinte despacho do juiz responsável pela ação do gatilho, não mais o mesmo que proferiu a sentença:

“O objeto da presente ação, que foi acolhido, resume-se ao pagamento de valores em atraso decorrentes da não concessão de reajustes na época própria, disciplinada pela lei do gatilho salarial. Assim, torna-se evidente que os reajustes foram dados posteriormente, mas não à época em que deveria o gatilho ter sido disparado. Assim sendo, o apostilamento diz respeito apenas ao direito ao gatilho na época apropriada, pelo percentual apontado na inicial, a título de antecipação salarial. A verdadeira eficácia corresponderá ao pagamento das diferenças, observando-se a compensação dos reajustes efetivamente concedidos. Para que se prossiga na execução, concedo o prazo improrrogável de 45 dias pa-

ra a Universidade de São Paulo apresentar nos autos os elementos que possibilitam a realização do cálculo pelo exequente, visando ao artigo 730 do CPC. Intime-se.”

O despacho do juiz, ao contemplar apenas o item “c” e desconsiderar os itens “a” e “b”, parece alterar a sentença judicial, o que consideramos inadmissível. Seguindo recomendação de nossos advogados, interpusse recurso de agravo de instrumento ao Tribunal de Justiça, mas perdemos em segunda instância. O passo seguinte foi a oposição de embargos de declaração para esclarecimento do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça, os quais foram rejeitados. Nossos advogados deram continuidade a essa disputa através de um recurso especial a ser examinado pelo Tribunal de Justiça, que decidirá se o recurso sobe para julgamento pelo STJ. Se for proferido despacho pelo não seguimento do recurso para Brasília, nossos advogados devem interpor novo recurso contra essa decisão. A batalha parece não ter fim, mas continuamos nela.

Gatilho bloqueado. O processo referente aos docentes que tiveram o pagamento do gatilho bloqueado está parado. Nossos advogados entraram com defesa e há despacho do juiz para que a USP se manifeste, o que ainda não ocorreu.

Pesquisadores. A reitoria manteve a decisão da gestão anterior e não aceita que os pesquisadores/professores dos museus sejam beneficiários da ação do gatilho. A Adusp considera injusta essa deliberação, mas, como não houve acordo, a decisão deverá ser judicial. A ação do gatilho está suspensa por determinação da justiça enquanto não é decidida a questão da incorporação dos 32,96%.

Erros materiais. Foi concluída a negociação a respeito dos erros materiais referentes à parcela correspondente ao ano de 1987, para beneficiários da lista incontroversa. Em breve a USP deverá efetuar o depósito relativo ao pagamento destes beneficiários.

Nova direção do Andes-SN é eleita com 90% dos votos

Com mais de 90% dos votos válidos, a Chapa 1 “Trabalho Docente e Movimento Social” foi eleita para a diretoria do Andes-SN. Única inscrita para as eleições, a Chapa 1 recebeu 9.476 votos, do total de 10.460. Os votos restantes foram divididos entre votos em branco (643) e nulos (341). Na USP votaram 349 docentes. Desses, 322 votaram na chapa vencedora, 25 em branco e 2 nulos.

A nova diretoria do Andes-SN terá como presidente Marinalva Silva Oliveira, da Associação dos Docentes da Universidade Federal

do Amapá. Integram a nova diretoria os colegas Lighia Matsushigue (IF), Osvaldo Coggiola (FFLCH) e Rubens Barbosa de Camargo (FE).

A eleição do Andes-SN ocorreu nos dias 8 e 9/5. Nessas mesmas datas a Adusp promoveu a eleição de representantes de unidades junto ao Conselho de Representantes (CR) da entidade.

Para o CR da Adusp foram eleitos representantes em 11 unidades. Foram computados 320 votos. Os docentes eleitos são: Luiz Eduardo Dantas (EEFE), Luiz Jorge Pedrão



Rogério Yamamoto

(EERP), Hernani Luiz Brinati e Décio Crisol Donha (EP), Anil Kumar Singh e Nádia Bou Chacra (FCF), Jorge Luiz Souto Maior (FD), Caio Gracco Dias e Gustavo Assed Ferreira (FDRP), Lili-an Gregory (FMVZ), Plauto Watana-be e Suzie Aparecida de Lacerda

(FORP), Cristina Leite e José Luciano Miranda Duarte (IF), Daciberg Lima Gonçalves e Pedro Tonelli (IME), Thais Navajas Corbisier e Vicente Gomes (IO). Os representantes tomaram posse em reunião do CR realizada em 16/5 (foto).

Maria das Graças, a otimista



Vitor Flynn